



ENAP

Avaliação discursiva centrada em valores: modelo AV-VA

Rosana de Freitas Boullosa



POLICY PAPERS
POLICY PAPERS
POLICY PAPERS

Avaliação discursiva centrada em valores: modelo AV-VA

| Rosana de Freitas Boullosa

**Fundação Escola Nacional de Administração
Pública**

Presidenta

Betânia Peixoto Lemos

Diretora-Executiva

Natália Teles da Mota

Diretor de Altos Estudos

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Educação Executiva

Iara Cristina da Silva Alves

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Braulio Figueiredo Alves da Silva

Diretora de Inovação

Camila Medeiros

Diretor de Gestão Interna

Lincoln Moreira Jorge Junior

Revisão ortográfica

Adriana Braga

Renata Mourão

Roberto Araújo

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Oscar Soler

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca Graciliano Ramos da Enap

B7642a Boullosa, Rosana de Freitas

Avaliação discursiva centrada em valores: modelo AV-VA / Rosana de
Freitas Boullosa. -- Brasília: Enap, 2024.

44 p. : il.-- (Policy Paper-6; Coleção: Cátedras 2024)

Inclui bibliografia

ISSN: 0104-7078

1. Políticas públicas. 2. Avaliação de políticas públicas. 3. Avaliação. 4.
Metodologias. I. Título. II. Boullosa, Rosana de Freitas

CDD 320.6

Bibliotecária: Kelly Lemos da Silva – CRB1/1880



SUMÁRIO

<u>04</u>	Editorial – Cátedras 2023
<u>05</u>	Mini-bio da Autora
<u>06</u>	Sumário Executivo
<u>08</u>	Evidências para a Prática
<u>09</u>	Introdução
<u>12</u>	A Axiologia como uma das Escolas Avaliativas
<u>17</u>	Por dentro da Escola Axiológica
<u>24</u>	O Modelo AV-VA para Avaliação de Políticas Públicas
<u>37</u>	Como Apresentar o Argumento Avaliativo
<u>39</u>	Dos Desafios de Gestão Social da Avaliação
<u>41</u>	Algumas Palavras Finais
<u>42</u>	Referências Bibliográficas

EDITORIAL – CÁTEDRAS 2023

O **Programa Cátedras Brasil** é um programa de fomento de pesquisas da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), coordenado pela Coordenação-Geral de Pesquisa da Diretoria de Altos Estudos (DAE), que busca fomentar o desenvolvimento de pesquisas aplicadas com vistas à construção de novos paradigmas de gestão pública e à reflexão dos desafios de transformação do Estado Brasileiro.

Em 2023, com a chegada de um novo governo e de uma nova gestão na Enap, lançamos um edital do Programa Cátedras Brasil no qual selecionamos projetos em dez áreas temáticas, os quais buscam dar respostas às necessidades de mudanças e de reconstrução de políticas públicas fundamentais para redução de desigualdades da sociedade brasileira e da retomada do papel do Estado para o desenvolvimento sustentável.

A partir desse edital, buscamos trazer duas inovações no âmbito do Programa, quais sejam: i) pesquisas de seis meses capazes de subsidiar com informações e evidências os tomadores de decisão e os gestores públicos envolvidos com as temáticas estudadas; ii) publicação no formato de policy paper, uma publicação mais direta e concisa, a qual tem como principal objetivo o estabelecimento de recomendações para aqueles interessados naquele problema da sociedade.

Ressaltamos que um dos propósitos do Programa Cátedras Brasil consiste em fomentar o elo entre a academia e a comunidade de praticantes (gestores públicos) com vistas à construção coletiva de soluções aos problemas públicos. Essa iniciativa procura absorver contribuições interdisciplinares e inovadoras nos campos de conhecimento correlatos à gestão, à administração e às políticas públicas com o objetivo de agregar valor às atividades de produção e de disseminação de conhecimento aplicado de modo a conceber propostas de soluções para problemas políticos, econômicos, ambientais e sociais.

Em síntese, as pesquisas realizadas no contexto do Edital nº 50/2023 do Programa Cátedras Brasil e apresentadas nesta série de Policy Papers visam ofertar evidências, caminhos e reflexões para se pensar a melhoria e o fortalecimento da administração pública brasileira com vistas à construção de um país mais inclusivo e socialmente justo.

Desejamos a todos e a todas uma ótima leitura!

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Altos Estudos (DAE)

Rafael Viana

Coordenador-Geral de Pesquisa (CGP).

MINI-BIO DA AUTORA

ROSANA DE FREITAS BOULLOSA

Rosana de Freitas Boullosa é professora da Universidade de Brasília, no Departamento de Gestão de Políticas Públicas (GPP/UnB). Atua como professora permanente nos programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da UnB (PPGDSCI/UnB), do Programa de Pós-Graduação da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia (PDGS/UFBA). Doutora em Políticas Públicas pela *Università IUAV* di Venezia, em Veneza, Itália, ela lidera o grupo nacional de pesquisa em estudos críticos de políticas públicas, *Mirada ao Revés*, coordena a Escola Livre em Gestão Social e é editora da revista inglesa *Critical Policy Studies*. É membro ativa de diversas redes de pesquisa brasileiras e é vice-presidente da *International Association of Public Policy* (IPPA).

SUMÁRIO EXECUTIVO

Introdução: Este Policy Paper apresenta um modelo de avaliação axiológica, intitulado modelo discursivo-valorativo, ou simplesmente **modelo AV-VA**, que coloca os valores e as questões valorativas no centro do processo avaliativo, tornando-os o principal material de pesquisa. Alinhado à epistemologia axiológica, este modelo especifica suas ancoragens normativas e percurso metodológico, assumindo que os valores orientam percepções e interpretações dos sujeitos sociais.

Valores como Conjuntos de Crenças: Os valores são entendidos como conjuntos de crenças que moldam as percepções e práticas dos indivíduos. Problematicá-los é desafiador, pois estão incorporados nos discursos e raramente são explicitados. No **modelo AV-VA**, os valores são analisados principalmente através dos discursos, dado que interpretar valores pelas práticas exigiria tempo e recursos raramente disponíveis em avaliações de políticas públicas.

Trânsito Social de Valores: No **modelo AV-VA**, os valores subjazem aos discursos, articulando argumentos de modo a satisfazer a coerência dos sujeitos que os constroem. Os valores nem sempre são conscientes para os próprios sujeitos, mas podem emergir e se transformar durante interações mais profundas, revelando-se sob escrutínio rigoroso. Este movimento de transformação dos valores é chamado de trânsito social de valores.

Estrutura Metodológica: O **modelo AV-VA** é estruturado para facilitar o trânsito social de valores através da explicitação e problematização de quadros valorativos. Ele utiliza duas matrizes:

1. Matriz Normativo-Valorativa: Relativa à posicionalidade epistêmica da avaliação.
2. Matriz Indutivo-Valorativa: Relativa ao objeto avaliado.

O trânsito entre estas matrizes permite a construção de perguntas ou critérios avaliativos que guiam a síntese ou juízo avaliativo. As duas matrizes influenciam-se mutuamente até que emergem critérios avaliativos aplicados ao objeto e implicados nos valores da matriz indutivo-valorativa.

Critérios Avaliativos: São por meio dos critérios discursivos ou perguntas discursivas que coordenamos o trânsito dos valores entre as duas matrizes, o que corresponde ao coração deste modelo discursivo-valorativo de avaliação de políticas públicas. Desta forma, os critérios avaliativos não são pré-dados, mas emergem das condições de facilitação de tal trânsito. Eles se voltam para o objeto de avaliação, mas entendem os valores da matriz normativa e carregam as intenções explicitadas de valoração da matriz do objeto. Por isso, os principais desafios da construção das perguntas ou critérios neste modelo é tanto, manter a coerência, sobretudo em termos de sentidos e significados valorativos entre as matrizes, quanto problematizar os contextos, com suas dimensões econômicas, institucionais, políticas e/ou sociais.

Técnicas e Ferramentas: Uma vez que os critérios avaliativos estão definidos, as técnicas e ferramentas de pesquisa são definidas em função de mapas de investigação. As técnicas e ferramentas de pesquisa utilizadas podem ser qualitativas ou quantitativas, mas devem ser problematizadas em suas dimensões valorativas para evitar uma falsa neutralidade. A interpretação do contexto é crucial, pois um processo avaliativo nunca ocorre em um contexto livre de demandas, pressões e expectativas econômicas, institucionais, sociais e políticas.

Validação e Multiatorialidade: A construção das respostas aos critérios avaliativos leva à síntese ou juízo avaliativo, baseada nos achados de pesquisa. Três elementos adicionais são observados:

1. Validação Interna e Externa: Referem-se à coerência e justificabilidade do universo valorativo da avaliação em relação às comunidades interessadas.
2. Multiatorialidade: Refere-se ao conjunto articulado de atores envolvidos no contexto das políticas públicas e seus instrumentos.

Síntese ou juízo avaliativo: Do desenvolvimento dos mapas de investigação emergem os primeiros achados da pesquisa avaliativa, porém, ainda específicos a cada critério ou conjunto deles. Destes achados de primeiro nível, construímos aqueles de segundo nível, ou seja, os interpretamos buscando uma síntese avaliativa ou juízo avaliativo, que estão alinhados aos valores movimentados pelo processo avaliativo, completando o seu trânsito social.

Conclusão: O **modelo AV-VA** oferece uma estrutura metodológica robusta e epistemologicamente situada para a avaliação de políticas públicas, colocando as questões valorativas no centro do processo avaliativo. Esta abordagem facilita uma avaliação mais coerente e transparente, promovendo um debate crítico e rigoroso sobre as políticas públicas.

EVIDÊNCIAS PARA A PRÁTICA

- Ao problematizarmos as questões valorativas nos processos de avaliação de políticas públicas e seus instrumentos, conseguimos produzir resultados mais consistentes com as disputas de valores que caracterizam as políticas públicas.
- É possível incorporar metodologicamente os valores em propostas avaliativas sem perder a cientificidade, mas reforçando-a, ao nos apoiarmos em critérios de discursividade e explicitarmos tais valores.
- Ao assumirmos que os resultados de nossas avaliações são estruturados como produtos científicos de natureza argumentativa, ajudamos a esclarecer dúvidas que confundem os participantes desses processos.
- Quando ativamos a multiatorialidade em torno do objeto de avaliação, contribuímos para a qualidade argumentativa das arenas construídas em torno desses objetos.

Inserir ou questionar a importância dos valores e das questões valorativas no contexto da avaliação de políticas públicas não é uma ideia nova. Os primeiros esforços nessa direção remontam aos primórdios desse campo, embora tenham ganhado maior destaque ao longo das últimas décadas. Atualmente, esses esforços se traduzem em um conjunto de propostas metodológicas que, ao serem reunidas, formam uma massa crítica tão distintiva que alguns estudiosos já consideram uma perspectiva, escola ou até mesmo uma epistemologia axiológica como parte integral do campo de estudos e práticas em avaliação (House, 2015; Boullosa, 2020; Teasdale, 2021; Boullosa, Oliveira, Tavares, Gussi, 2022).¹

A escola axiológica reconhece a centralidade dos valores nos processos avaliativos, ao mesmo tempo em que destaca a falta de neutralidade intrínseca desses processos. Ela enfatiza a relação entre o objeto avaliado e o próprio processo de avaliação, reconhecendo a interdependência entre quem pesquisa e seus objetos de estudo, aproximando-se, assim, da tradição pós-positivista nas ciências sociais. Seus principais argumentos podem ser resumidos na seguinte sequência:

- Em primeiro lugar, porque todo e qualquer objeto de avaliação já carrega consigo valores. E estes valores estão no modo com o qual ele (o objeto) interpreta a realidade social, com seus problemas, bem como nas direções da mudança que pretende implementar. Em outras palavras, qualquer esforço em políticas públicas representa um (pequeno) projeto de sociedade, uma ideia de como queremos ser, além, claro, de uma hipótese sobre como acelerar ou provocar tais mudanças.
- Em segundo lugar, porque, quando avaliamos, acabamos tendo que nos posicionar em relação a tal objeto, voluntária ou compulsoriamente, e decidir sobre a produção de um conhecimento muito específico sobre ele, tais como sobre seus alcances e desafios. Esta escolha passa por recortes, por métodos, por propósitos que influenciarão sobremaneira a natureza e os limites do conhecimento produzido.
- Além disso, não podemos esquecer que quem avalia, seja individualmente, seja coletivamente, também possui seus próprios quadros de valores, visões de mundo, crenças, preferências e interesses.
- E, por fim, sem exaurir outros motivos, podemos facilmente encontrar na sociedade diferentes leituras sobre nossos objetos de avaliação, cada uma delas também ancoradas em quadros de valores, os quais podem inclusive chegar a ser contrastantes entre si.

¹ Agradecemos ao Rafael Martins Ferrari à Fernanda Borges Serpa pela atuação como pareceristas no âmbito desta pesquisa.

Dessa forma, em vez de ignorar as questões valorativas e tentar produzir avaliações que parecem neutras, mas que na verdade são confusas, pouco coerentes e têm um potencial limitado de uso, a escola axiológica defende que é melhor trazê-las para o centro do debate e da atividade avaliativa. Isso possibilita o desenvolvimento de abordagens científicas coerentes e metodologicamente rigorosas, capazes de lidar tanto com a presença desses valores quanto com a produção de outras questões valorativas no próprio processo avaliativo.

Axiologia

De acordo com o Dicionário UNESP do Português Contemporâneo, axiologia (do grego ἄξια, axia: “valor”; e -λογία, -logia: “estudo de”) é o estudo filosófico de valores. Por isto, ela também é comumente chamada de teoria de valor ou teoria do valor, pois busca entender filosoficamente a natureza dos valores e de seus juízos, bem como eles são socialmente construídos.

É exatamente esse o desafio inicial do modelo discursivo-valorativo para a avaliação de políticas públicas que será apresentado e explorado nas próximas páginas, o qual pode ser abreviado como **modelo AV-VA**. Desenvolvido pela pesquisadora brasileira Rosana Boullosa, no contexto do Programa Cátedras Enap (2023), este modelo objetiva oferecer àqueles que se envolvem ou desejam se envolver com a avaliação de políticas públicas e de seus instrumentos uma **alternativa avaliativa que incorpora as questões de valor**, portanto, as questões valorativas, em seu cerne, considerando-as como seus principais materiais de trabalho. Epistemologicamente situado na escola axiológica de avaliação de políticas públicas, em diálogo consistente com os **estudos críticos em políticas públicas**, sobretudo suas vertentes latino-americanas dos estudos decoloniais, do feminismo negro e da gestão social, este modelo compreende os valores como **referentes e conformadores dos conjuntos de crenças que orientam as percepções e interpretações dos sujeitos sociais**.

O **modelo AV-VA** para a avaliação de políticas públicas busca enfatizar que o que produzimos em termos de **conhecimento avaliativo** também possui seus valores, os quais devem ser metodologicamente incluídos e formalmente explicitados no processo avaliativo, inclusive no que concerne à produção dos critérios, da estrutura de validação e da síntese avaliativa. Assim, seu compromisso e singularidade são que, além de ter sido produzido cientificamente, com rigor e método, ele **explicita suas bases valorativas**. Isso permite compreender tanto sua posição epistêmica quanto seu processo de produção, nos levando a assumir a **natureza argumentativa**

do juízo ou síntese avaliativa produzida. Em outras palavras, o que produzimos, ou seja, um relatório, um paper, um caderno, um sumário executivo, ou qualquer outro formato, consiste em **um argumento avaliativo sobre um dado objeto**, como pode ser uma política pública ou parte significativa dela.

Visto desta forma, não podemos deixar de sublinhar que, assim como nós podemos produzir um argumento avaliativo, outros atores de políticas públicas também podem e devem fazê-lo, seja ele de caráter avaliativo ou não. É este conjunto de argumentos que, por sua vez, subsidiam e estruturam as arenas discursivas que funcionam como contextos práticos de validação social de todo e qualquer argumento avaliativo, incluindo o que será metodologicamente apresentado nas páginas seguintes.

Antes, porém, de passarmos para a composição e detalhes do **modelo AV-VA** para a avaliação de políticas públicas, vale a pena entender a axiologia como uma das escolas mais consistentes na atual configuração do campo de estudos e práticas em avaliação de políticas públicas, bem como o percurso de construção da própria escola axiológica. Logo após, conheceremos o **modelo AV-VA**, suas partes ou matrizes valorativas, como seus critérios ou perguntas avaliativas são construídas, como são definidas as técnicas e ferramentas de pesquisa mais adequadas e, claro, como são elaborados seus juízos ou sínteses avaliativos. Boa leitura e esperamos que você se junte a este crescente grupo de avaliadores e avaliadoras de políticas públicas.

2

A AXIOLOGIA COMO UMA DAS ESCOLAS AVALIATIVAS

Há diferentes modos de se compreender o que é avaliação, seus alcances, objetivos e caminhos. Esta crescente complexidade tem levado diferentes autoras e autores a falar que estamos diante de um campo de estudos e práticas, que possui suas contradições e disputas próprias. Como havia ressaltado Evert Verdung, já há três décadas, há um “profundo desacordo em torno das bases metodológicas e das orientações práticas da investigação em matéria da avaliação” (Verdung, 1993, p.40), o que nos autorizaria, por assim dizer, tanto a falar em campo, quanto a reconstruir os principais esforços interpretativos sobre tal “desacordo”.

Você sabia que...

A avaliação de políticas públicas nem sempre é vista como conformadora de um campo próprio de estudos, ou como um campo científico. Contudo, cada vez mais, observamos autoras e autores que passam a defendê-la como um *campo interdisciplinar de estudos e práticas*, que é justamente como vemos aqui, acrescentando, porém, uma subordinação epistêmica ao campo de estudos em políticas públicas.

O primeiro grande esforço chegou pelas mãos de Michael Scriven (1967) e ainda hoje é muito utilizado. Para ele, as (boas) avaliações seriam, no fundo, somente de dois tipos: **somativas** ou **formativas**, independentemente de outras eventuais características. As primeiras seriam aquelas que aconteceriam quase sempre após a conclusão do fato avaliado, portanto, ex-post, e que buscariam responder questões avaliativas sobre continuidade, encerramento ou ampliação dos seus objetos, desde que estes já tivessem apresentado algum resultado; enquanto que as segundas compreenderiam as avaliações mais voltadas para o desenvolvimento do próprio objeto avaliado, mesmo que ele não tivesse ainda produzido resultados.

Michael Scriven (1928-2023)

Considerado por muitos como o “pai da avaliação”, teve uma carreira intensa em tal campo, influenciando grandes nomes, presidindo as principais associações, publicando inúmeros artigos e livros muito citados. Em sua célebre proposição, avaliação é atribuição de valor e mérito a uma entidade (1967).

Quase duas décadas depois, Marvin C. Alkin (1985) propôs classificar as avaliações de acordo com o seu **uso**, levando em consideração variáveis que consideravam fatores humanos e contextuais, além de outros relativos à própria avaliação. Com Christina A. Christie (2012), eles propuseram uma nova classificação em formato de árvore na qual os autores e autoras foram classificados em três diferentes ramos, a partir de um tronco onde estariam as duas áreas de conhecimento que teriam influenciado o campo da avaliação: responsabilização e investigação social sistemática. O primeiro ramo, chamado “**uso**”, acolheria quem trabalha com tal orientação; já o ramo do meio, o do “**método**”, acolheria quem dedicaria mais esforços às generalizações sobre como produzimos conhecimento avaliativo; enquanto que o terceiro, o de “**valorizando**” (*valuing*) acolheria aqueles que defendem que a atribuição de valor é a atividade mais importante de quem avalia. Estes autores são assim os primeiros a admitir que a noção de valor representaria pelo menos um conjunto amplo de propostas avaliativas, utilizando, porém, a noção de valor de Scriven (1967).

Sem querer exaurir, outros esforços de tipificação também merecem destaques. Carol Weiss (1972) distinguiu as avaliações quanto aos seus **usos**, os quais poderiam ser **instrumental, simbólico e esclarecedor**, chegando a sugerir caminhos para potencializar tais usos. Com olhares e propósitos mais amplos, Peter Rossi e James Wright (1984) propuseram uma separação entre avaliações que seriam **abrangentes** (*comprehensive evaluation*), avaliações **personalizadas** (*tailored evaluation*) e avaliações **direcionadas por uma teoria** (*theory-driven evaluation*), defendendo esta última e abrindo, com elas, uma nova possibilidade de utilização da noção de valor, embora implícita, como marcador classificatório.

Com menor penetração na literatura especializada, Hans-Ulric Derlien (2001) propôs que as funções de **informação, realocação e legitimação** poderiam funcionar como elementos classificatórios. Michael Q. Patton (1986) propôs uma reconhecida tipificação a partir da noção de **uso**; enquanto que Blaine Worthen, James Sanders e Jody Fitzpatrick (2004), em um livro muito conhecido no Brasil, propõem uma ampla tipificação segundo a **abordagem metodológica**, onde a noção de valor, embora não chegue a ser diretamente problematizada, aparece em alguma das classificações.

Mais recentemente, Boullosa (2018; 2020b) propôs classificar as avaliações de acordo com **cinco escolas de pensamento**: a **científico-experimental**, de matriz positivista sequencial-linear, que assume uma noção de realidade como a mais objetiva possível, defendendo a completa dissociação entre fatos e valores; a **gerencialista**, apoia-se numa compreensão funcionalista

da ciência, para a qual o conhecimento é visto, também, como objetivo (embora alguma subjetividade seja admissível) e preferencialmente empírico; a **participativa** nos remete a uma tradição científica construtivista e defende um tipo de conhecimento que é prático, situado e subjetivo, que carrega consigo uma função democratizante, muitas vezes relacionada à concepção de democracia deliberativa ou participativa; a **antropológica**, ainda que pequena e muito menos globalmente difundida que as demais, caracteriza-se por uma forte ancoragem no método etnográfico; e, por fim, a **axiológica**, que traz o problema dos valores para o cerne do debate avaliativo, que é justamente como trataremos aqui.

Epistemologia

De modo geral, podemos compreendê-la como o estudo do conhecimento. Utilizamos aqui a expressão “plano da episteme” em referimento ao conjunto de conhecimentos que a construção dos problemas lógicos, semânticos e metodológicos, bem como dos axiomas normativas.

Pouco tempo depois, Boullosa, Breyner Tavares, Edilson Araújo e Alcides Gussi (2021), avançaram um pouco mais nestas classificações chamando as escolas de pensamento de **epistemologias**. Ao fazerem isto, apresentam suas características tanto no plano **metodológico** de pesquisa, quando no plano também **epistemológico/ontológico**. No primeiro plano, trazem elementos de objetivos e funcionalidades, bem como os métodos de referência; enquanto que no segundo plano, situam os tipos de racionalidades que tais epistemologias estariam vinculadas, a noção de realidade, bem como a suas ancoragens nas diferentes tradições científicas. A figura abaixo (fig. 1) explica como as cinco macro-escolas se reverberam nos planos do método e da episteme.

Figura 1. As diferentes epistemologias avaliativas

Macro-escolas/ epistemologias	Do plano metodológico		Para o plano epistemológico		
	Objetivo/ funcionalidade	Métodos de referência	Noção de conhecimento e de realidade	Noção de realidade	Ancoragem na tradição da ciência
Científico-experimental	voltada para a mensuração neutra	Método experimental; Método Quase-experimental	científico, objetivo, empírico, mensurável, neutro e passível de reconstrução	racionalidade limitada	positivista
Gerencialista	voltada para a gestão do objeto avaliado	Custo-Benefício; Custo-efetividade	instrumental, objetivo, preferencialmente empírico, promotor de eficácia e eficiência do Estado	racionalidade instrumental	positivista
Participativa	voltada para a construção coletiva de uma síntese avaliativa	<i>Practical Participatory Evaluation (P-PE); Centrada em participantes</i>	prático, situado, subjetivo, pactuado e coletivamente construído	racionalidade discursiva	hermenêutica
Antropológica	voltada para reconstrução das matrizes de significado do objeto avaliado	<i>Black Box Evaluation; Etnográfico</i>	normativo, subjetivo, estruturado, socialmente construído e não reproduzível	racionalidade subjetivada	construtivista
Axiológica	voltada para a reconstrução dos quadros valorativos do objeto avaliado	<i>Practical deliberation model; Mirada ao revés</i>	normativo, subjetivo, socialmente construído, implicitamente ancorado em estruturas ativas de valores	múltiplas racionalidades	construtivista/ interpretativista

Fonte: Boullosa et al. (2021)

Estes e outros esforços classificatórios são importantes porque tentam de alguma forma colocar um pouco de ordem na pluralidade das possibilidades em avaliação, oferecendo possíveis leituras da atual (ou da então atual) configuração do campo. Estes últimos, produzidos por Boullosa et al. (2021), importam mais aos propósitos deste caderno de estudos porque problematizam mais diretamente que as questões valorativas que estão no coração do

modelo discursivo-valorativo que será apresentado, como um marcador distintivo para que compreendamos a complexa configuração do campo de estudos em avaliação. Na próxima seção discutiremos mais diretamente a noção de valor, buscando oferecer uma construção do fio histórico-interpretativo.

Para saber mais:

Boullosa, R.F (2020b). Por um olhar epistemológico para a avaliação em políticas públicas: história, teoria e método. Revista AVAL. v. 4 n. 18: Jul/Dez.

Boullosa, R.F., Oliveira, B., Araújo, E. T., & Gussi, A. F. (2021). Por um antimanual de avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Avaliação, 10(1), e100521.

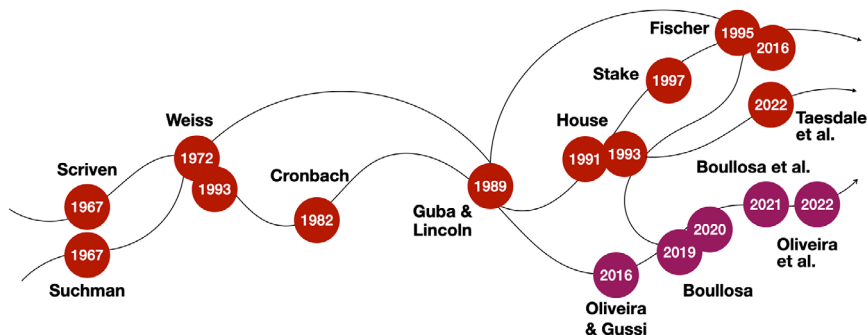
A discussão sobre valores em avaliação de políticas públicas não somente não é nova, como já conforma, como vimos, uma de suas mais consistentes escolas (Boullosa, 2020; Boullosa et al, 2021). Mesmo assim, ela ainda carece de uma revisão bibliográfica que mapeie suas **variações internas e diferentes interpretações sobre a noção de valores**, bem como ofereça uma leitura mais orientativa, ou metavalorativa, de seus significados e possíveis usos.

De onde falamos

A interpretação que fazemos das abordagens avaliativas tem suas raízes no amplo campo de estudos das políticas públicas, mais especificamente dentro da escola de estudos críticos em políticas públicas. Para conhecer mais sobre tal escola, sugerimos: Boullosa, R.F.; Peres, J.P.L.; Bessa L.F. (2021) Por Dentro do Campo: uma narração reflexiva dos estudos críticos em Políticas Públicas. Revista O&S. V 29, N. 97, p. 306-332.

É exatamente o que buscaremos fazer aqui. Interpretaremos esta história, conforme a figura 2, assumindo como ponto duplo de partida as conhecidas contribuições de Scriven e de Edward Suchman, ambas de 1967, para depois, seguirmos por um conjunto de outros sete autores/as internacionais e quatro nacionais.

Figura 2. O fio interpretativo sobre valores em avaliação de políticas públicas



Fonte: elaboração própria (2024)

Scriven (1967) definiu avaliação como a atribuição de valor material (*worth*), valor simbólico (*value*) e mérito (*merit*) a uma “entidade”. Valor assume, portanto, uma dimensão de **subjetividade** em sua definição. Esta dimensão se perde, porém, ao longo das suas sucessivas reelaborações, sobretudo porque a atribuição concreta de valores se dá a partir de critérios que são mensurados em relação a padrões estabelecidos. Em outras palavras, a métrica de Scriven possui uma régua mais objetiva, relegando a dimensão subjetiva para, no máximo, a construção de tal régua. Contudo, há uma perspectiva complementar de leitura, na qual a dimensão subjetiva estaria também no conceito de entidade, pois, quando avaliamos um objeto, não o avaliamos *di per se*, mas avaliamos a sua **representação**, já que se tratam de objetos não materiais, cujos contornos não podem ser precisamente definidos.

Em contemporânea, Edward Suchman (1967) reivindicou, com maior radicalismo, que o método seria o único caminho para imputar cientificidade às avaliações. Defensor do **método experimental e quase-experimental**, na linha de David Campbell, ele problematiza os valores à sua maneira, defendendo que, junto às premissas dos objetos em avaliação, eles, ou seja, os valores, influenciariam a pesquisa avaliativa como um todo. Ele ressalta também igual importância para um outro tipo de pesquisa, que seria a pesquisa administrativa, responsável pelo desenho dos tais objetos, mas que não seria de natureza avaliativa. Em outras palavras, ele reconhece a existência dos valores, mas os associa em primeiro lugar ao objeto avaliado. Suas contribuições, junto com as de Scriven, foram fundamentais para nomes como Carol Weiss e Lee Cronbach, dentre os principais defensores da chamada *theory-driven evaluation*, ou seja, avaliação guiada por uma teoria do programa, que trazem uma nova perspectiva para a discussão sobre valores entre as décadas 1970 e 1980.

O método experimental

Trata-se de um método voltado à mensuração da influência de um objeto (macro-variável independente ou experimento) sobre uma dada realidade, por meio da manipulação e controle de uma seleção de suas variáveis internas e dependentes e de suas interações. A testagem das suas hipóteses utiliza grupo(s) de controle e seleção aleatória. Um dos seus autores de referência é David Campbell. Para conhecer mais, um bom começo pode ser: Campbell, D. T., & Stanley, J. (1966). *Experimental and quasi-experimental designs for research* Boston, MA: Houghton Mifflin.

Carol Weiss foi uma das teóricas mais importantes do campo da avaliação porque, embora os seus primeiros trabalhos flertassem muito diretamente o método experimental, seus trabalhos mais maduros argumentam que a avaliação, ou melhor, como ela mesmo preferia chamar, a **pesquisa avaliativa** era um tipo de estudo em políticas públicas, cujos contornos são muito borrados, ao ponto de precisarmos, para avaliar, (re)construir uma **teoria do programa** para uma investigação avaliativa mais sistemática (Weiss, 1972). Weiss lida com as questões valorativas de um modo fundamental para nosso fio porque ela diz que admite a importância do **contexto político** para a avaliação (Weiss, 1991), já que impacta tanto os seus processos quanto os seus achados. Em suas próprias palavras, “o verdadeiro ato de avaliação tem conotações políticas” (Weiss, 1991, p. 213), trazendo para o centro da pesquisa avaliativa o problema dos valores.

Carol Weiss

Socióloga estadunidense (1927-2013), é uma das primeiras teóricas mulheres em avaliação. Seu extenso trabalho vem servindo de inspiração para as novas gerações de avaliadoras e avaliadores. Para conhecer um pouco mais do seu trabalho, um bom começo podem ser suas entrevistas, bem como seus artigos e livros. Vale muito a pena.

Cronbach compartilha com Weiss a ideia de que a pesquisa avaliativa integraria um processo mais amplo de pesquisa em políticas públicas, sobretudo quando se buscasse alcançar o uso de tipo esclarecedor (Weiss, 1972). No entanto, ele traz um elemento novo ao defender que tal processo mais amplo envolveria a formação de **comunidades de políticas públicas** (*policy-shaping communities*), o que implicaria em assumir uma dimensão fortemente política à avaliação (Cronbach, 1982). Sua principal preocupação metodológica era com a **validade externa** de suas avaliações, que seriam garantidas pelas *policy-shaping communities*, e não com a **validade interna** – distanciando-se, portanto, do que era defendido por Scriven, Suchman, Campbell, dentre outros. O problema da validade dos resultados ou dos achados de uma avaliação ganharam com ele uma nova dimensão, desta vez valorativa, inclusive porque ele defendia claramente a importância dos **valores que mobilizam as comunidades**, em lugar, por exemplo, dos valores dos próprios avaliadores e avaliadoras (Cronbach; Snow, 1977).

Neutralidade valorativa

O problema da neutralidade é central no debate da ciência. Seguindo Fischer (2016) ao falar sobre o campo de estudos em políticas públicas, podemos dizer que há, pelo menos, duas grandes tradições, uma positivista, que defende a neutralidade na e da pesquisa científica, e uma pós-positivista, que assume a impossibilidade da neutralidade de valores no fazer científico. Para conhecer mais: Fischer, F. (2016). Para além do empirismo: policy inquiry na perspectiva pós-positivista. *Revista Nau Social*, 7(12).

Nosso fio interpretativo dá um salto de cerca de uma década para chegarmos à Ernest House e à dupla Egon Guba e Yvonna Lincoln. House oferece uma profunda crítica para as teorias avaliativas de matriz utilitarista, assumindo que o utilitarismo é uma “teoria moral” que negligencia os interesses das populações de alta vulnerabilidade econômica, bem como daqueles que não tem suas vozes suficientemente reconhecidas na política (House, 1991, p. 235). Em seus trabalhos mais conhecidos ele não poupa esforços para defender a **inexistência** de neutralidade valorativa nas avaliações de políticas públicas (House, 1991; 1993). E por não haver neutralidade, quem avalia, advoga, deveria assumir os valores da **justiça social, dar vozes aos grupos que não têm suficientemente espaço na disputa valorativa**, como os pobres e os impotentes (House, 1991, p.239), e, assim, **tentar equilibrar um pouco a pesquisa avaliativa**. As questões valorativas passam não somente a integrar o coração da avaliação, mas também as questões de **posicionalidade epistêmica** de quem avalia.

Guba e Lincoln dão um passo a mais na discussão sobre a complexidade da questão valorativa em avaliação. Para começar, eles fincam sua epistemologia dentro da tradição científica do construtivismo, assumindo a **correlação** entre valor e fato e que o que chamamos de realidade é uma **construção social** (Luckmann; Berger, 1972). Os autores avançam argumentando que **múltiplas racionalidades** estariam envolvidas tanto nos processos de políticas públicas, quanto nos de avaliação de políticas públicas (parte integrante dos primeiros, na esteira dos nomes tratados anteriormente), confirmando a centralidade dos valores. Estas racionalidades, porém, viriam do que ele chama de partes interessadas no objeto e no processo avaliativo, e seus valores seriam mais importantes dos que os de quem avalia. Neste sentido, quem avalia construtivamente opera, na verdade, a “orquestração” entre as partes interessadas, “de um processo de negociação que visa culminar no consenso sobre construções [avaliativas] mais bem informadas e mais sofisticadas” (Guba; Lincoln, 1989, p.110), que inclui ainda a testar e ampliar progressivamente tais construções.

Mais dois nós são necessários em nosso fio, antes de trazermos a contribuição brasileira. Um primeiro consiste na contribuição de Robert Stake e seus onze coautores, em um artigo primoroso em que responde (contrastando) a um chamado de Scriven. Para eles, a **percepção** e **avaliação** são dois conceitos muito próximos (Stake et al., 1997). Quando vemos algo já estamos avaliando, pois **não é possível** dissociar nossa experiência do processo avaliativo. Ou seja, a percepção é sempre valorativa. E sempre parcial. Por isto mesmo, eles argumentam que os melhores avaliadores e avaliadoras seriam **aqueles que teriam mais experiência em perceber seu próprio quadro de valores na avaliação**, não insistindo na superioridade de seu próprio quadro e respeitando a complexidade do mérito e de valores que deverão fazer parte do relatório. De fato, pouco depois, Stake (2004) argumenta que **não há** uma representação única de valor e que a **avaliação responsiva** reconhece a multiplicidade de fontes de avaliação e de fundamentação epistemológica.

Quadro de valores

Refere-se ao sistemas associados de valores, levando em consideração, portanto, a complexidade e interdependência entre eles, sobretudo no que concerne e justificam escolhas, referências e comportamentos.

Temos, por fim, um último nó importante trazido por Frank Fischer, um dos principais nomes dos estudos críticos em políticas públicas. Parafraseando-o, a estrutura de uma avaliação (pós-empiricista) de políticas públicas se conforma por um conjunto complexo de declarações factuais, interpretações, opiniões e avaliações de vários tipos. Os valores estão na dimensão normativa que o inteiro processo assume. É a **linha normativa de argumentação** que valida todo e qualquer **critério de avaliação**. O autor propõe um desenho metodológico no qual quatro **discursos se interrelacionam** (verificação técnica, validação situacional, reivindicações societal e escolha ideológica), com seus **múltiplos atores**, num processo dialético que ele chama de **argumentação deliberativa**. Fischer (1995; 2016) reitera com força o problema da **aprendizagem em políticas públicas** dentro do debate sobre valores em avaliação de políticas públicas.

Entrando quase como um parênteses, dado a dificuldade de enquadrá-lo como parte da escola crítico-axiológica, o trabalho de Teasdale e de seus coautores desenvolve um modelo de avaliação para públicas públicas que também é baseado em valores, mas que, diferentemente, propõe que a criação de critérios avaliativos se dê a partir de um conjunto previamente decidido formado por dez fontes (*Sources of Criteria*) e onze domínios (*Criteria Domains*) dos dados e

informações disponíveis, definindo-os como universais e capazes de balizar a construção dos juízos avaliativos. Para eles, os valores moldam a visão do estado desejado e a definição de sucesso ou qualidade para uma intervenção, influenciando como os problemas sociais são definidos e quais intervenções e resultados são considerados importantes ou desejáveis. Com isso, as partes interessadas podem ter valores distintos que influenciam os critérios de avaliação, refletindo suas perspectivas e prioridades na avaliação do sucesso ou qualidade das intervenções.

A contribuição brasileira para a discussão sobre valores em avaliação de políticas públicas vem se dando em torno de um conjunto inicial de autoras e autores. Alcides Gussi e Breyner Oliveira (2016) relacionam a ideia de valores a um dos marcadores identitários dos **grupos sociais** que se envolvem em processos de avaliação de políticas públicas, incluindo quem avalia. Boullosa (2020a; 2020b), além de assumir que a avaliação é uma **atividade política**, alinhando-se a Weiss, embora numa abordagem construtivista, como desenvolvido por Guba e Lincoln (1989) e Fischer (1995), a explica como um **processo de disputa valorativa**. Para ela, a ideia de valor está profundamente relacionada à ideia de **juízo**, como uma estrutura circular de produção de significado, que só se **realiza publicamente** quando **em trânsito**. Valores, explica ela, **não são fixos**. Eles se movem socialmente. Melhor, eles **transitam**. E a natureza deste trânsito é **discursiva**, pois eles subjazem aos argumentos avaliativos. Colocá-los em trânsito e, sobretudo, explicitá-los pode indicar um **compromisso democratizador** da avaliação de políticas públicas (Boullosa, 2019; 2020a). Logo em seguida, Boullosa, Oliveira, Araújo e Gussi (2021) avançam nesta mesma perspectiva argumentando, porém, a **antimanualização** da avaliação de políticas públicas justamente pela relevância da discussão valorativa em seus processos. E, por fim, Oliveira, Alves e Fichter Filho (2022), argumentam a importância dos valores por meio da leitura entrelaçada entre os contextos das conjunturas, da política, das instituições, das experiências e dos territórios para uma mais completa avaliação de instrumentos de políticas públicas, sobretudo daquelas educacionais.

Entender este fio condutor é importante (fig.3), não somente para sabermos que somos parte de um processo de investigação epistemológica e metodológica em avaliação, do qual os autores e autoras citadas conformam somente uma parte dele, mas também porque, deste modo, podemos ter perspectiva mais ampla sobre os nós conceituais que e as escolhas normativas que subsidiam e criam uma base comum para as avaliações que assumem que são os valores os principais elementos ou materiais das avaliações que reconhecem a não-neutralidade dos processos avaliativos, que comprometem a explicitar seus próprios quadros normativos, que assumem a importância dos valores socialmente construídos e e aceitam a interpretação como pressuposto metodológico para o que fazem.

Figura 3. Fio interpretativo sobre valores em avaliação de políticas públicas

Singularidade da contribuição	Autor/a/es/as	Ano ref.
Há uma dimensão de subjetividade na noção de valor, embora mensurável, como um dos atributos da avaliação	Michael Scriven	1967
O método é essencial para imputar cientificidade à avaliação e os valores são atributos sobretudo do objeto avaliado	Edward Suchman	1967
A avaliação é uma atividade que se realiza em um contexto político marcado por valores e portanto deve problematizá-los	Carol Weiss	1972; 1973; 1991
A avaliação deve envolver a formação de comunidade de políticas públicas, valorativamente responsáveis pela validação externa dos resultados das avaliações	Lee Cronbach Cronbach & Snow	1982 1977
O utilitarismo é uma “teoria moral” e quem avalia deve se comprometer valorativamente com as populações vulneráveis e com os impotentes	Ernest House	1991
Quem avalia construtivamente deve reconhecer a não primazia de seus próprios valores	Egon Guba e Yvonna Lincoln	1989
Percepção, interpretação e avaliação são sempre valorativas e não há uma representação única de valor	Robert Stake et al.	1997
É a linha normativa da argumentação que valida os critérios avaliativos	Frank Fischer	1995; 2016
Os valores são marcadores identitários dos grupos sociais envolvidos com o processo avaliativo	Alcides Gussi e Breynner Oliveira	2016
O juízo avaliativo é um argumento que se constrói sobre uma disputa valorativa	Rosana Bouldosa	2019; 2020a
A antimanualização da avaliação de políticas públicas se dá por meio da discussão valorativa	Rosana Bouldosa, Breynner Tavares, Edgilson Araújo e Alcides Gussi	2021
A importância da relação entre valor e critérios avaliativos	Rebecca M. Teasdale, Jennifer R. McNeilly e Jennifer C. Greene	2021; 2022
A centralidade dos contextos nos processos avaliativos	Breynner Oliveira, Maria Michele Alves e Gustavo Fichter Filho	2022

Fonte: Elaboração própria (2024)

4

O MODELO AV-VA PARA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O **modelodiscursivo centrado em valores (modelo AV-VA)** para a avaliação de políticas públicas admite que os valores e as questões valorativas estão no cerne do processo avaliativo, constituindo-se como seu principal material de pesquisa. Embora alinhado à epistemologia axiológica, conheceremos daqui por diante suas especificidades, ou seja, como este modelo se constitui, suas principais ancoragens normativas e, claro, seu percurso metodológico.

Para começar, **os valores são assumidos como os conjuntos de crenças que orientam as percepções e interpretações dos sujeitos sociais**. Nesta perspectiva, eles estão presentes em tudo o que fazemos e em como fazemos. Problematicá-los, porém, não é fácil, pois eles estão incorporados em nossos discursos e em nossas práticas, sendo raramente explicitados. Mas aqui, neste modelo avaliativo, o faremos muito mais a partir dos **discursos**, pelas dificuldades inerentes à sua interpretação por meio das práticas, o que exigiria tempo e recursos de imersão que raramente estão disponíveis em processos avaliativos de políticas públicas e de seus instrumentos.

Argumentos

Os argumentos são conjuntos de declarações ou proposições que buscam apoiar ou justificar uma posição específica, uma opinião ou uma conclusão (Toulmin, 1958). Eles são usados para persuadir ou convencer outras pessoas sobre a validade de uma ideia (Majone, 1989).

Assumimos, assim, que os valores subjazem aos discursos. São eles que **articulam os argumentos** presentes nos discursos, de modo a satisfazer os sujeitos articuladores em algum nível de coerência (Toulmin, 1958). Ou seja, se quem constrói e articula os argumentos, quase sempre os percebe como coerentes, conexos e coesos, é porque tal percepção está alicerçada em valores. Esta articulação, porém, raramente é compartilhada nas **interações discursivas** mais comuns. Isto quer dizer que, mesmo em diálogos mais empenhados, com frequência percebemos e apontamos a falta de coerência entre os argumentos e suas partes operadas pelos nossos interlocutores, mas quase nunca percebemos as nossas próprias lacunas.

Interações discursivas

Trata-se de contextos de discursividade em que diferentes sujeitos realizam sincronamente operações de troca de ideias, conceitos, opiniões, percepções, buscando demonstrar para o(s) outro(s), ou convencê-lo(s), de seus pontos de vista por meio de elementos e recursos que lhe(s) parece(m) coerentes, mas também, pela própria interação, ajustando-se ao fluxo discursivo e, assim, atribuindo uma natureza de trânsito para as questões valorativas.

Em parte, isto acontece porque nem sempre estamos conscientes dos nossos próprios valores, em como eles operam, e em como eles podem disfarçar ou mesmo ocultar relações fracas ou inconsistentes entre argumentos que usamos. Em outras palavras, **os valores nem sempre estão cognitivamente acessíveis aos próprios sujeitos que os detêm**. Mas eles podem se revelar, ou emergir em nossos discursos, a partir do momento em que as interações entre sujeitos se aprofunda, passando a exigir padrões mais precisos de coerência. Durante a interação, os valores, como eram percebidos inicialmente, tendem a se transformar, ganhando maior consistência e coerência, agora sob reforçado escrutínio, pois eles **não são fixos** (Dewey, 1938). Pelo contrário, por serem **construções sociais**, eles se reorganizam, se reestruturam, em **contextos específicos de ação**, em cursos de ação (Dewey, 1938).

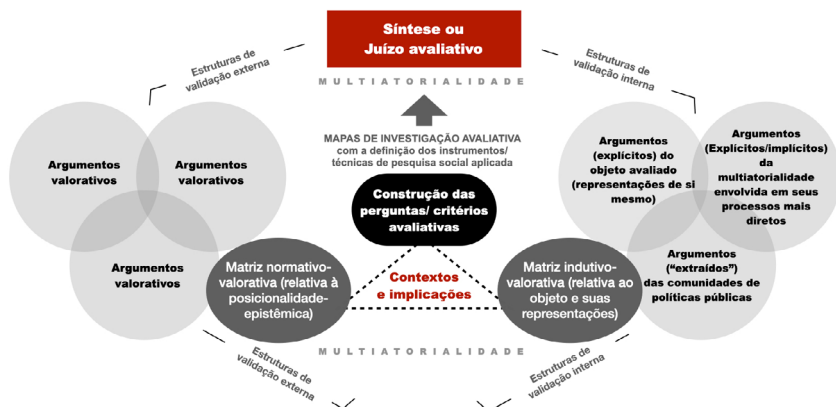
No **modelo AV-VA** chamamos este movimento de **trânsito social de valores**. Pela sua **natureza discursiva** e prática, este trânsito, porém, precisa de estímulos, de contextos que o facilitem, incluindo suas operações de ressignificação e precisão. E a **facilitação** deste trânsito encontra-se na base de criação deste modelo, pois o seu principal material de pesquisa são justamente os valores. Assim, metodologicamente, o **modelo AV-VA** consiste em uma **estrutura de operação para o trânsito de valores**, por meio da explicitação e problematização de quadros ativos de valores, chamados diretamente de **quadros valorativos**, entre os **valores relativos ao objeto avaliado** e os **valores assumidos como lente interpretativa do processo avaliativo**.

Mapeando argumentos

É importante construir mapas ou tabelas com os argumentos que vão sendo mapeados, correlacionando-os e destacando suas aproximações e distanciamentos, bem como suas fontes principais. Estes mapas e tabelas vão mudando à medida em que ganham complexidade interpretativa, se articulando uns aos outros.

A **modelagem deste trânsito**, de modo geral, está representada por duas matrizes (fig. 4). Uma primeira, que chamamos de “matriz normativo-valorativa”, que é relativa à posicionalidade epistêmica da avaliação; e uma segunda, a “matriz indutivo-valorativa”, relativa ao objeto avaliado. O **trânsito** continuado entre elas permite a construção das perguntas ou dos critérios avaliativos, os quais, com o adiantar do processo avaliativo, guiarão a construção da síntese ou do juízo avaliativo. Em outras palavras, no **modelo AV-VA**, as duas matrizes se influenciam mutuamente, com valores contextualmente transitando entre elas, até o ponto em que, com tal trânsito amadurecido, emergem perguntas ou critérios avaliativos. Tais critérios tem um natureza fortemente **aplicada ao objeto**, bem como **implícada em relação aos valores da matriz indutivo-normativa**. Eles podem assumir uma estrutura de perguntas ou de afirmações, como frases que explicitam o *como* o objeto em questão, sempre assumido como um instrumento de políticas públicas que também possui seus valores, os quais foram discursivamente interpretados no desenvolvimento da matriz indutivo-valorativa, será avaliado.

Figura 4. Modelo discursivo-valorativo para a avaliação de políticas públicas e seus instrumentos



Fonte: elaboração própria (2024)

Com o avançar do processo avaliativo, as respostas às questões ou aos critérios muito provavelmente exigirão um conjunto de técnicas ou ferramentas de pesquisa que podem variar de acordo com a qualidade e natureza dos dados e informações **contextualmente necessárias e com a devida implicação democrática**. É importante aqui precisar a ideia de contexto, pois um processo avaliativo nunca acontece em um contexto livre de demandas, de pressões, de

expectativas e de vínculos de diferentes naturezas – os quais podem ser de natureza econômica, institucional, social e/ou política. Interpretar o contexto e explicitar o seu peso na construção das perguntas ou critérios avaliativos é de suma importância.

Um primeiro exemplo

Em uma avaliação AV-VA do Programa Dignidade Menstrual do Ministério da Saúde, do Governo Federal, a **matriz normativo-valorativa** seria formada pelos argumentos (e valores) que a equipe de avaliação considerasse como importantes em tal processo avaliativo, funcionando como uma **lente valorativa** pela qual o programa seria visto. Já a **matriz indutivo-valorativa** seria construída levando em consideração os discursos que são produzidos no contexto do próprio programa, incluindo a comunidade que influenciou seu desenho e implementação. Destes discursos, por exemplo, podem ser extraídos apenas dois argumentos: a dignidade humana e o empoderamento feminino; mas podem também ser ou incluir outros, como desigualdade econômica e saúde mental da pessoa que menstrua, e assim por diante. O mais importante é que as matrizes tenham coerência explicativa e que suas lógicas de interpretativa sejam explicitadas.

Ainda seguindo a figura-síntese do **modelo AV-VA**, a construção, as técnicas e ferramentas podem ser qualitativas ou quantitativas, mas sua construção, definição, uso e aplicação devem ser sempre realizadas criticamente, ou seja, devem sempre ser problematizadas em suas dimensões também valorativas, para que não nos percamos em avaliações que terminam por se dizerem axiológicas, mas que, em seus passos mais finais, incorrem para uma busca por uma falsa neutralidade do processo, como se isto fosse garantidor de cientificidade.

Mais um exemplo

Em uma avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, a equipe de avaliação teria que reunir: (a) os documentos explicativos sobre ele (normas, folhetos, vídeos de propaganda, discursos oficiais de lançamento, imagens, depoimentos, etc.); (b) construir uma estratégia para investigar os principais argumentos dos atores envolvidos com o programa, com o uso abundante de entrevistas, por exemplo; além de (c) esquematizar os argumentos da produção científica sobre ele, o que, neste caso, não seria tão complicado, dado a abundância de materiais sobre ele.

Por fim, com a construção das respostas às perguntas ou aos critérios avaliativos, caminhamos para a síntese ou juízo avaliativo, que se baseia nos achados de pesquisa produzidos. Devem ser ainda observadas na figura síntese do **modelo AV-VA** mais três elementos. Os dois primeiros referem-se às estruturas de validação, interna e externa, que são extremamente importantes em um processo avaliativo, além da expressão “multiatorialidade” que também aparece com destaque. No caso das duas primeiras, as estruturas de validação são, para começar, de natureza discursiva, pois se referem aos desenvolvimentos do trânsito dos valores progressivamente assumidos pela avaliação em relação de coerência e justificabilidade com, primeiro, o seu próprio universo valorativo, e, segundo, com o universo valorativo das comunidades interessadas no objeto em avaliação. E é esta a ligação mais forte com o conceito de *multiatorialidade* Boullosa (2013; 2019), terceiro elemento, que diz respeito ao conjunto articulado de atores ativados em contextos de políticas públicas e de seus instrumentos.

4.1 DA MATRIZ NORMATIVO-VALORATIVA

A matriz normativo-valorativa representa a construção do conjunto de valores que será assumido pelo processo avaliativo. Ela deve ser formada por algumas poucas noções ou conceitos que serão fundamentais no desenho da lente normativa que será interpretativamente utilizada na construção dos critérios discursivos, à medida que seus desenvolvimentos forem sendo confrontados com os achados da matriz indutivo-valorativa. É preciso lembrar que grande parte da testagem deste modelo se deu com o uso de noções trazidas pelos estudos críticos, particularmente em suas vertentes latino-americanas dos estudos decoloniais, dos estudos do feminismo negro e dos estudos em gestão social. A construção desta matriz sempre dialoga com um projeto democrático de sociedade, o qual só será alcançado com um amplo debate sobre racismo, desigualdades sociais, desigualdades globais, ética na ciência, dentre outros aspectos de alta relevância para a correta transformação social. Assim, para a construção desta matriz, deveremos levar em consideração os seguintes desafios:

- Um primeiro que diz respeito *à escolha das noções ou conceitos que a conformarão*, pois estes devem representar preocupações que o processo **avaliativo** assumirá como **orientações normativas**. Estas noções ou conceitos não precisam ser muitos, mas devem trazer densidade para o **trânsito valorativo** que se pretende instaurar.
- Um segundo que diz respeito *aos seus desenvolvimentos*, pois aqui não se trata da construção de um texto de cunho acadêmico, ou de um texto de justificativa, mas, sim, de um texto com finalidade aplicada, já que subsidiará a construção dos **critérios discursivos**.

Sendo assim, os desenvolvimentos das noções ou conceitos devem ser tratados como lentes interpretativas que conjugam ou se ajustam em uma única, com camadas explícitas de significados e de ancoragens, não podendo, portanto, serem vagas e/ou superficiais.

- Um terceiro que diz respeito ao quadro valorativo de quem avalia e de sua equipe, pois é muito importante que se problematize o porquê das escolhas destes primeiros nós conceituais que conformarão a lente avaliativa. O que está por trás de tais escolhas? Quais as percepções iniciais que as guiaram? Qual o nível de conforto valorativo presente em tais escolhas? Entender os sentidos e os significados dos percursos a serem percorridos amplia a reflexividade da equipe de avaliação.

Orientações normativas

Dizem respeito às premissas que o processo avaliativo deverá respeitar. Por exemplo, se escolhemos as noções de interseccionalidade e reparação racial como insumos para nossa matriz valorativa secundária, isto significa que consideramos que tais noções são essenciais para avaliarmos uma determinada política pública, ou instrumento, como pode ser o caso inclusive do Bolsa Família.

De igual modo, à medida que caminhamos nesses esforços, construindo os **principais argumentos e suas tramas**, produzimos um **mapa discursivo**, cujos valores subjacentes passam a conformar o primeiro plano desta matriz secundária. A exploração desses argumentos, seus desenvolvimentos articulados e suas ulteriores precisões ajudarão a desenhar a lente interpretativa da avaliação, ou seja, a lente formada por **critérios discursivos**, na medida em que forem sendo confrontados com os achados da matriz indutiva-valorativa. Esta lente é refinada ao longo do processo avaliativo, à medida que suas partes vão ganhando e ampliando seus significados, sendo também tencionadas por uma *multiatorialidade* que começa a se envolver no processo avaliativo, bem como com os primeiros achados da matriz indutivo-valorativa.

Problematizando os valores

Do ponto de vista da raiz metodológica, não podemos deixar de observar que assumimos desde o início a interpretação como lócus de produção de conhecimento. Assim, A passagem dos materiais variados de pesquisa, como, por exemplo, os documentos e entrevistas, para os valores se dá por meio da interpretação por camadas. O gráfico abaixo sintetiza uma possível passagem em apenas três camadas, tendo os argumentos como intermediária.



De uma entrevista sobre Censo Suas podemos interpretativamente identificar os principais argumentos (segunda camada) contidos nas falas dos entrevistados (terceira camada), para somente então identificarmos ou reconstruirmos os valores que subjazem tal estrutura argumentativa (primeira camada). Fundamental para tal construção é o mapeamento das proximidades e distanciamentos entre os argumentos identificados.

Com o andar do processo avaliativo, chegaremos a uma lente densa, com diferentes **camadas de sentidos e de significados**, com suas partes articuladas em um todo que, quando juntas, agem na conformação da posicionalidade epistêmica da avaliação, refletindo seus compromissos com um projeto democrático de sociedade (House, 1991; Fischer, 1995; 2016; Stake, 1997). Além disso, não podemos deixar de salientar que o propósito desta **matriz normativo-avaliativa** é, não somente construir metodologicamente tal lente, dando densidade ao argumento final produzido (juízo ou síntese avaliativa), mas também de levar o debate sobre este produto para um nível discursivo mais profundo, articulado com projeto democrático de sociedade. Toda e qualquer avaliação carrega consigo tal projeto, carrega consigo uma ideia da sociedade que se deseja, da compreensão de ciência que se defende, das relações entre quem se envolve ou pode se envolver no processo avaliativo, de quais os significados que considera como mais importantes. Toda e qualquer atividade avaliativa de instrumentos de políticas públicas é, portanto, uma **atividade política**.

4.2 DA MATRIZ INDUTIVO-VALORATIVA

A construção da **matriz indutivo-valorativa** envolve, pelo menos, três esforços ou direções de pesquisa avaliativa, ativando uma multiatorialidade que pode conformar uma comunidade mais ampla e plural de avaliadores (Cronbach, 1982). Vamos aos esforços, com suas buscas, objetivos e desafios:

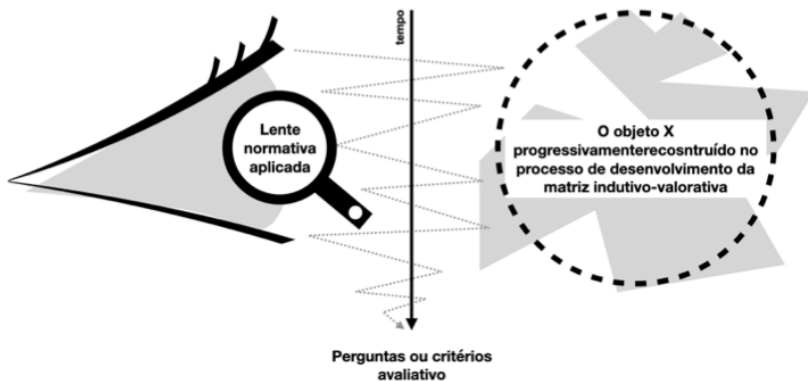
- Um primeiro esforço é voltado para a problematização dos argumentos principais que o **objeto avaliado explicita sobre si mesmo**. Ou seja, como este objeto, que pode ser uma política, um plano, um programa, um projeto, uma ação, apresenta a si mesmo ou é formalmente apresentado? Quais os argumentos contidos em seus documentos oficiais? Podem ser utilizados textos e análogos de textos, tais como documentos de tipos variados, vídeos de apresentação, material publicitário (incluindo jingles), bem como discursos formais de apresentação do objeto (incluindo aqueles feitos por políticos eleitos e por altos funcionários públicos).
- Um segundo envolve a investigação dos **argumentos principais da multiatorialidade** envolvida no objeto avaliado (Boullosa, 2019). Ou seja, o que os atores envolvidos pensam sobre este objeto? Como eles e elas o interpretam? Para a definição do quadro multiatorial que será levado em consideração no processo avaliativo, com claros reflexos em seus desdobramentos argumentativos, podem (e devem) ser produzidas entrevistas (individuais e/ou em grupo, bem como de diferentes tipos), dinâmicas variadas, produção de textos e seus análogos, diferentes tipos de observação, bem como imersões planejadas em campo.
- E um terceiro se direciona para o que podemos chamar de **comunidade epistêmica** em torno do objeto. Ou seja, qual a produção crítica mais especializada sobre este objeto tem a dizer sobre ele? Quais os seus principais argumentos e como eles se articulam entre si? Podem ser utilizados desde relatórios de pesquisa, artigos e outros trabalhos que discutem o objeto, que trazem seus pontos de pista, apresentam seus argumentos e seus valores, até outros tipos de aproximação com tais sujeitos sociais, quando possível.

À medida que caminhamos nestes esforços, mapeando os principais argumentos e suas tramas, começamos a perceber seus elementos contrastantes, contrapostos, discrepantes, divergentes, bem como aqueles semelhantes, próximos, correlatos, associados. Os mapeamentos ganham progressivamente complexidade interpretativa, criando novas correlações entre si, ao ponto de passarem a se constituir em um mapa único, com diferentes camadas de significados e de ancoragens. Emerge aos poucos uma **trama argumentativa** que se revela como **discursos sustentados por quadros de valores**. São os valores subjacentes que conformam o primeiro plano desta matriz, a qual vai sendo progressivamente aprofundada, confrontada, ajustada, enriquecida com a matriz normativa.

4.3 DA CONSTRUÇÃO DOS CRITÉRIOS AVALIATIVOS

As duas matrizes valorativas devem ser **progressivamente confrontadas** em seus processos de construção e investigação para que emergjam os critérios avaliativos que guiarão a terceira parte do percurso avaliativo. Em outras palavras, este confronto não deve esperar que as matrizes valorativas estejam finalizadas, porque elas, na prática, continuarão a ser refinadas ao longo de boa parte do percurso avaliativo. Assim, à medida que temos os primeiros resultados, já podemos começar a elaborar **critérios discursivos** que tenham, atribuam significado ao percurso avaliativo daquele dado objeto, seja ele uma política, um plano, um programa, um projeto ou uma ação que acontece no contexto de um fluxo de políticas públicas. **Este conjunto de critérios discursivos conforma a lente normativa aplicada ao objeto de avaliação.**

Figura 5. Síntese da relação dialógica e processual que se desenvolve ao longa da precisão das duas matrizes



Fonte: elaboração própria (2024)

São por meio dos **critérios discursivos ou perguntas discursivas** que **coordenamos o trânsito dos valores entre as duas matrizes**, o que corresponde ao coração deste **modelo discursivo-valorativo de avaliação de políticas públicas**. Desta forma, os critérios avaliativos não são pré-dados, mas emergem das condições de facilitação de tal trânsito. Eles se voltam para o objeto de avaliação, mas entendem os valores da matriz normativa e carregam as intenções explicitadas de valoração da matriz do objeto. Por isso, os principais desafios da construção das perguntas ou critérios neste modelo é tanto, manter a coerência, sobretudo em termos de sentidos e significados valorativos entre as matrizes, quanto problematizar os contextos, com suas dimensões econômicas, institucionais, políticas e/ou sociais.

Entre critérios e perguntas

Um critério avaliativo no **modelo AV-VA** se apresenta de modo afirmativo; enquanto que uma pergunta se apresenta de modo interrogativo. Ambos são considerados como discursivos em suas naturezas. Além disso, seus objetivos e a condução do processo avaliativo são os mesmos, com diferenças mais limitadas ao nível formal.

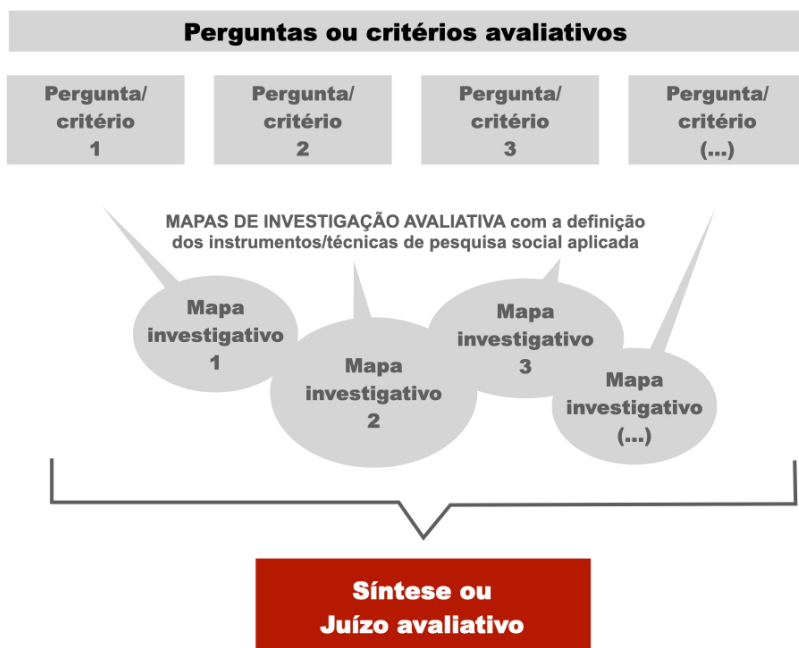
A escolha entre um ou outro depende de quem lidera o processo, bem como da cultura e das demandas da comunidade de avaliação. Por exemplo:

- (Critério avaliativo) A intersecção (gênero x raça x classe social) nos públicos-alvo do Programa Minha Casa Minha Vida
- (Pergunta avaliativa) Em que medida o Programa Minha Casa Minha Vida intersecciona seus públicos-alvo, em relação aos vínculos de gênero, raça e classe social?

É possível observar que critério e pergunta nos levam para os mesmos elementos que serão ou vêm sendo produzidos por um instrumento de políticas públicas.

4.4 DOS CRITÉRIOS À SÍNTESE AVALIATIVA

Uma vez que os critérios ou perguntas avaliativas foram definidos, passa-se para a fase de construção dos seus primeiros resultados, até chegar à síntese ou juízo avaliativo. Os primeiros resultados referem-se às respostas produzidas pela aplicação dos critérios ou pelas respostas às perguntas avaliativas, sendo que ambos devem gerar **mapas de investigação avaliativa**. Os mapas de investigação são planos específicos para responder às perguntas/critérios previamente definidos, que envolvem a definição de instrumentos e técnicas que serão utilizadas. Em alguns casos, duas ou mais perguntas ou critérios podem ser reunidos em um mesmo mapa. Seu propósito é definir como as respostas ou os achados serão construídos, levando em consideração toda a **estrutura valorativa movimentada pelas duas matrizes** e discursivamente consolidada nos critérios ou perguntas avaliativas. E serão dos resultados destes mapas que emergirá a **síntese ou juízo avaliativo**.

Figura 6. Síntese da passagem das perguntas/critérios para a síntese/juízo avaliativo

Fonte: elaboração própria (2024)

Os instrumentos e técnicas de pesquisa social aplicada podem ser qualitativos, quantitativos ou mistos, a depender dos seus propósitos de uso e das informações e dados que podem ser mobilizados, utilizados ou produzidos. São válidos surveys, entrevistas, diagramas, fotografia documental, drama, multivocalidade, rodas de conversa, modelos matemáticos, parábolas, diagramas, teatro, dentre tantos outros. Nenhum deles, porém, pode deixar de ser criticamente problematizado em relação aos valores que orientam e organizam a avaliação; tampouco podem ser utilizados sem relação com as demandas de cada mapa específico. Coerência e pertinência são, portanto, elementos de reflexividade investigativa.

Uma vez que realizamos ou implementamos os mapas desenhados, emergem os primeiros achados da pesquisa avaliativa, mais específicos a cada critério ou conjunto deles. Destes achados de primeiro nível construímos aqueles de segundo nível, ou seja, os interpretamos buscando uma síntese que está alinhada aos valores movimentados pelo processo avaliativo, completando o seu trânsito interno, referente ao processo em si. Em outras palavras, dos achados encontrados em cada mapa produzimos a chamada síntese ou juízo avaliativo, a depender da

ênfase que queremos dar ao argumento avaliativo produzido. Neste sentido, deve-se considerar um maior acolhimento a ponderação e a reflexão contido no sentido social da expressão síntese avaliativa.

Contudo, mais importante do que chamar de juízo ou de síntese avaliativa é a compreensão de que o resultado de qualquer avaliação representa um argumento avaliativo – inclusive o produzido por este modelo discursivo-valorativo. A diferença é que este modelo já parte deste pressuposto, já assume desde o início do percurso avaliativo que o que será cientificamente produzido será um argumento avaliativo e que, como tal, não possui a primazia da verdade, tampouco é valorativamente neutro. Pelo contrário, sua dimensão interpretativa carrega consigo um feitiço de parcialidade, incompletude e incerteza, que devem ser necessariamente explicitadas. Esta explicitação adquire, porém, uma segunda conotação, além desta primeira mais óbvia. Para que se realize publicamente, o argumento avaliativo produzido deve se lançar, deve se projetar, em arenas discursivas que lidam, em diferentes formas, com o objeto avaliado. O argumento avaliativo, portanto, só se realiza publicamente em contextos de discursividade que promovem o trânsito democrático de valores. E é por isto que um argumento avaliativo axiologicamente explicitado possui sempre uma ética democratizadora em sua produção discursiva.

4.5 DAS ESTRUTURAS DE VALIDAÇÃO

A natureza fortemente discursiva que encontramos no **modelo AV-VA** para a avaliação de políticas públicas e de seus instrumentos exige que sejam enfrentados os problemas de validação de todo o processo avaliativo, assumindo também a centralidade dos valores. Para começar, por validade compreendemos um processo de interrogação e ajustes para saber se as interpretações avaliativas sobre o objeto em questão estão sendo coerentemente realizadas e encontram respaldos em termos de significados e sentidos (do processo e não dos resultados) na multiatorialidade envolvida em tal objeto.

Trabalha-se aqui com dois tipos de validade, a interna e a externa, levando em consideração os seguintes aspectos:

- A **validade interna**, também conhecida como validade valorativa, refere-se às relações de coerência e pertinência encontradas no conjunto de noções que estruturarão a construção da matriz normativo-valorativa, bem como seus desenvolvimentos e ajustes à medida que

o processo avaliativo se desenvolve. O desafio subsequente dessa validade encontra-se na capacidade de manter os sentidos e significados trabalhados na construção dos critérios ou perguntas avaliativas. Aqui observamos como uma definição mais ampla de comunidade avaliadora pode auxiliar nessa validação.

- **A validade externa** é aquela proporcionada pelo contexto de produção da matriz normativo-valorativa e pela sua articulação argumentada com os critérios avaliativos. É a qualidade argumentativa dessa articulação que reivindica validade, e não a assunção de um status previamente garantido pela ação de avaliação ou pelo avaliador. Em outras palavras, ela é regida por um sistema de códigos desenvolvidos pela própria multiatorialidade ativada pelo objeto; não sendo guiada pela mensuração ou descolamentos ocorridos dentro de um sistema de padrões que garantiriam a sua validade externa (como aconteceria, por exemplo, em uma avaliação de eficiência ou de custo-benefício).

As estruturas de validação, portanto, estão extremamente **dependentes do tecido social mobilizado no contexto do processo avaliativo**. Quanto maior for a **riqueza e diversidade social da multiatorialidade ativada**, mais profundas serão suas estruturas de validação, nos levando a pensar na avaliação discursivo-valorativa como um processo de deliberação argumentativa, no qual o argumento avaliativo final produzido já carrega consigo validação social, explicitação valorativa e abertura para uma **realização pública** da sua existência mais comprometida com um projeto de transformação democrática da sociedade. É por isso que vale a pena repetir que um argumento avaliativo, portanto, só se realiza publicamente em contextos de discursividade que promovem o trânsito democrático de valores.

Um exemplo de estrutura de validação interna

Realização de um conjunto programado de *rodas de conversa* entre os participantes do processo avaliativo, ou parte deles, com vistas a discussão dos sentidos e dos significados avaliativos que estão sendo progressivamente construídos. É importante que estas rodas sejam mediadas por participantes diferentes e que sejam voltadas para a investigação conjunta das relações de coerência e de pertinência do processo com suas partes e alcances parciais. Estas *rodas de conversa* funcionam também como sistema interno de aprendizagem avaliativa e ajustes de percurso em tais contextos devem ser não somente levados em consideração, como devem estruturar as *rodas seguintes*.

5

COMO APRESENTAR O ARGUMENTO AVALIATIVO

O processo de pesquisa avaliativa do **modelo AV-VA** é inerentemente processual, caracterizado por uma dinamicidade que se desenrola ao longo do tempo, envolvendo diversas etapas, interações e reflexões. Assim, não é possível escrever relatórios para uma leitura mais geral e para um público mais amplo que expresse tal dinamicidade. Por outro lado, a forma tradicional de apresentação de resultados muitas vezes não conseguiria capturar plenamente essa complexidade e fluidez.

Diante disso, sugere-se que a apresentação do processo de pesquisa avaliativa seja feita de maneira mais dinâmica e interativa, utilizando diferentes formatos e recursos que possibilitem uma compreensão mais completa e engajadora, com diagramas escritos, utilizando diagramas, gráficos, e outras estratégias que devem ser definidas em função da multiatorialidade ativada no processo avaliativo, lembrando que quanto mais ampla e diversa, maior será a garantia das validades interna e externa do processo avaliativo. Além disso, recomenda-se a realização de workshops, seminários ou webinars como uma maneira eficaz de envolver os interessados no processo avaliativo, permitindo uma troca de ideias e experiências em tempo real. Outra opção é a criação de plataformas on-line interativas onde os resultados da pesquisa possam ser explorados de forma mais dinâmica e personalizada.

No entanto, para a preparação de um relatório avaliativo, mesmo de forma não tradicional, sugere-se a seguinte estrutura, dividida em três partes: apresentação do método, apresentação da estrutura normativa da avaliação, incluindo os critérios, mapas investigativos e dinâmicas de validação (interna e externa); e, por fim, uma terceira parte com os resultados de primeiro nível e os de segundo nível (relativos à interpretação articulada dos achados dos mapas investigativos).

Figura 7. Sugestão de percurso para a apresentação dos resultados da aplicação do método AV-VA



Fonte: Elaboração própria (2024)

Por fim, devemos lembrar que a formação em avaliação é um processo contínuo de aprendizagem. É fundamental que essa prática seja o mais coletiva possível. Cada avaliação é um empreendimento complexo que mobiliza não apenas conhecimento técnico, mas também uma gama ampla de esforços, emoções, afetos e recursos de diversas ordens, como econômicos e de trabalho. Portanto, é crucial valorizar e investir nesse aspecto. Por isso, sugerimos vivamente que, mesmo quando esse processo seja conduzido por gestores ou gestoras, haja envolvimento de uma multiatorialidade projetada para ser o verdadeiro coração dessa avaliação.

A formação em avaliação permite desenvolver habilidades técnicas, analíticas e críticas necessárias para realizar avaliações de forma útil e ética. Quando feita tendo como suporte um modelo como o AV-VA, proporciona uma compreensão ainda mais profunda dos princípios teóricos e metodológicos subjacentes às práticas avaliativas, permitindo uma abordagem mais fundamentada e reflexiva, como diria bell hooks (2009).

Ao reconhecer a importância da formação e da aprendizagem em avaliação, podemos otimizar o uso dos recursos disponíveis e evitar desperdícios. Investir no desenvolvimento profissional dos avaliadores e na construção de uma cultura organizacional voltada para a aprendizagem contínua contribui para aprimorar a qualidade e para o uso das avaliações, promovendo melhores resultados e benefícios para todos os envolvidos, sobretudo quando esta é compreendida como um processo deliberativo em avaliação, cujo resultado é um argumento avaliativo.

6

DOS DESAFIOS DE GESTÃO SOCIAL DA AVALIAÇÃO

Qualquer processo avaliativo demanda esforços de planejamento e gestão. Com este não é diferente. É preciso planejar a avaliação, entender o que temos em mãos, quais os vínculos e demandas de equipe, temporais, cognitivas, econômicas e sociais, bem como os objetivos da avaliação. A avaliação é uma atividade política e coletiva, mesmo quando, aparentemente, é realizada por um único sujeito e esta avaliação carrega consigo muitos desafios de gestão. Ela é modelada por escolhas e sua realização pública se dá em arenas que podem ser mais ou menos receptivas aos seus resultados.

A fase de planejamento, ou design da avaliação, não é uma atividade mecânica que pode ser realizada aplicando um conjunto de regras e normas, como nos lembram Rossi, Freeman e Lipsey (1999). Isso ocorre porque está fortemente associada e significada pelo contexto de demanda e realização. O planejamento inclui o desenho metodológico da avaliação, frequentemente chamado de pesquisa avaliativa, mas não se limita a isso. Um bom planejamento deve ser orientado pelos preceitos da gestão social, ou seja, dialógica, e abordar pelo menos três níveis de reflexão:

- O nível epistemológico-metodológico, que envolve a reflexão sobre o grau de conhecimento e aproximação do objeto, as pré-condições de aceitação da avaliação, a discussão de seus possíveis usos e a definição dos conjuntos de atores que podem ser mobilizados ou envolvidos mais diretamente, ou seja, a projeção provisória da multiatorialidade que será ativada. Situa-se neste nível a construção da matriz normativo-valorativa.
- No nível metodológico-operativo, concentramos nossos esforços na tradução de um percurso de avaliação em algo muito concreto, chamado de estratégia avaliativa. Neste estágio, aplicamos o modelo discursivo-valorativo ao objeto e ao problema avaliativo. Aqui também definimos as responsabilidades dos envolvidos, suas funções e papéis. No **modelo AV-VA**, propomos os mapas investigativos de avaliação, bem como delineamos alguns passos relativos aos mecanismos de gestão social das pessoas envolvidas no processo avaliativo, com os recursos que poderão ser mobilizados e as possibilidades alcançadas.
- Nível técnico-operativo, no qual as técnicas de pesquisa são refinadas, bem como as condições, métodos de coleta e análise de dados, usos e alternativas das técnicas. Isso envolve uma discussão importante sobre a validade e confiabilidade do que desejamos para a avaliação.

A lógica avaliativa passa, assim, pela problematização destes três níveis de desenho, os quais devem levar em consideração os recursos disponíveis e os alcances desejados, contribuindo para a aprendizagem reflexiva em todo o percurso avaliativo.

Por fim, devemos lembrar que a formação em avaliação é um processo contínuo de aprendizagem. É fundamental que essa prática seja o mais coletiva possível. Cada avaliação é um empreendimento complexo que mobiliza não apenas conhecimento técnico, mas também uma gama ampla de esforços, emoções, afetos e recursos de diversas ordens, como econômicos e de trabalho. Portanto, é crucial valorizar e investir nesse aspecto. Por isso, sugerimos vivamente que, mesmo quando esse processo seja conduzido por gestores ou gestoras, haja envolvimento de uma multiatorialidade projetada para ser o verdadeiro coração dessa avaliação.

A formação em avaliação permite desenvolver habilidades técnicas, analíticas e críticas necessárias para realizar avaliações de forma útil e ética. Quando feita tendo como suporte um modelo como o AV-VA, proporciona uma compreensão ainda mais profunda dos princípios teóricos e metodológicos subjacentes às práticas avaliativas, permitindo uma abordagem mais fundamentada e reflexiva, como diria bell hooks (2009).

Ao reconhecer a importância da formação e da aprendizagem em avaliação, podemos otimizar o uso dos recursos disponíveis e evitar desperdícios. Investir no desenvolvimento profissional dos avaliadores e na construção de uma cultura organizacional voltada para a aprendizagem contínua contribui para aprimorar a qualidade e para o uso das avaliações, promovendo melhores resultados e benefícios para todos os envolvidos, sobretudo quando esta é compreendida como um processo deliberativo em avaliação, cujo resultado é um argumento avaliativo.

Neste *policy paper* você encontrou as principais informações relativas ao modelo discursivo-valorativo para a avaliação de políticas públicas intitulado **modelo AV-VA**. Não se trata de uma receita ou de um manual, mas, sim, de indicações para que diferentes e variadas equipes de avaliação produzam seus próprios desenhos e realizem seus próprios percursos dentro de contextos específicos de políticas públicas.

Por isto, é importante lembrar que este modelo considera que políticas públicas sejam fluxos de argumentos, intenções, discursos e instrumentos uma multiatorialidade afetada ou emocionada e envolvida em processos de definição, construção e preservação de bens públicos. Neste sentido, a própria avaliação, seja como processo, seja como resultado, assume a si mesmo como parte de tal fluxo.

Entender-se desse modo significa assumir a parcialidade e a implicação valorativa de seus próprios argumentos, ou melhor, significa ver a si mesmo como um argumento de **natureza avaliativa**, que, assim como outros, encontra e produz novos significados dentro de arenas específicas de políticas públicas. Por isso que defendemos que toda e qualquer produção de conhecimento avaliativo é sempre uma atividade política, no sentido das suas escolhas, da sua compreensão de mundo social, na sua projeção de valores.

Assim, estas últimas palavras são um convite para que você conheça e experimente construir avaliações que reconheçam a centralidade das questões valorativas. Avaliações que reconheçam sua parcialidade, suas escolhas, seus valores, e possam se apresentar com franqueza em arenas discursivas das mais variadas e diversas, contribuindo para os processos democráticos e democratizadores de aprendizagem em políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALKIN, M. C. **A guide for evaluation decision makers**. Newbury Park, CA: Sage. 1985.
- ALKIN, M. C.; VO, A. T.; CHRISTIE, C. A. **The evaluator's role in valuing**: Who and with whom. *New Directions for Evaluation*, 133, p. 29–41, 2012.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **La construction sociale de la réalité**. Paris, Meridiens, 1972.
- BOULLOSA, R. F. **Gestão Social e Avaliação**. In: João Martins de Oliveira Neto; Jeová Torres Silva Junior. (Org.). *Gestão Social*. 1ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/UANE/BID/STDS, v. 1, p. 267-288, 2018.
- BOULLOSA, R. F. Para onde tem nos levado a pandemia? Entre tantos desamparos públicos, precisamos também falar sobre avaliação em políticas públicas. **Revista NAU Social** - v.11, n.21, p. 427 – 442 Nov 2020 / Abr 2021. 2020a
- BOULLOSA, R.F. Por um olhar epistemológico para a avaliação em políticas públicas: história, teoria e método. **Revista AVAL**. v. 4 n. 18: Jul/Dez. 2020b
- BOULLOSA, R.F.; OLIVEIRA, B.; ARAÚJO, E. T.; GUSSI, A. F. Por um antimanual de avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Avaliação**, v.10, n.1e100521. 2021.
- BOULLOSA, R.F.; PERES, J.P.L.; BESSA, L.F. Por Dentro do Campo: uma narração reflexiva dos estudos críticos em Políticas Públicas. **Revista O&S**. V. 29, n. 97, p. 306-332, 2021.
- OLIVEIRA, B. R. de; ALVES, M. M. F.; FICHTER FILHO, G. A. Contextos e trajetórias para a análise de Políticas Públicas: Aportes teóricos para o campo da educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. n. esp. 3, p. 2095–2117. CHEN, H.; ROSSI, P. **Evaluating with sense**: The theory-driven approach. *Evaluation Review*, 7, p. 283-302, 1983.
- CRONBACH, L. **Designing evaluations of educational and social programs**. San Francisco: Jossey-Bass, 1982.

CRONBACH, L.;SNOW, R. **Aptitudes and instructional methods**: A handbook for research on interactions. New York: Irvington, 1977.

DERLIEN, H-U. Una Comparación Internacional en la Evaluación de las Políticas Públicas. **Revista do Serviço Público**, v. 52, n. 1, p. 105-123, 2001.

DEWEY, J. **Logic of Inquiry**. New York, NY, USA: Henry Holt, 1938.

FISCHER, F. **Evaluating Public Policy**. Belmont; CA: Wadsworth, 1995.

FISCHER, F. Para além do empirismo: policy inquiry na perspectiva pós-positivista. **NAU Social**, v.7, n.12, 2016.

GUBA, E.;LINCOLN, Y. **Fourth generation evaluation**. Newbury Park, CA: Sage, 1989.

GUSSI, A. F.;OLIVEIRA, B. R. Políticas Públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Revista Desenvolvimento em Debate**, v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016.

HOUSE, E. **Evaluation and social justice**: Where are we? In: M. W. McLaughlin;D. C. Phillips (Eds.), *Evaluation and education: At quarter century (90th yearbook of the National Society for the Study of Education, Part II)*,p. 233-247,1991, Chicago: University of Chicago Press.

HOUSE, E. **Professional evaluation**: Social impact and political consequences. Newbury Park, CA: Sage, 1993.

HOUSE, E. R. **Evaluating**: Values, biases, and practical wisdom. Information Age Press, 2015.

PATTON, M. Q. **Utilization-focused evaluation** (2nd ed.). Beverly Hills, CA: Sage, 1986.**Program Evaluation**: Alternative Approaches and Practical Guidelines, by Blaine R. Worthen, James R. Sanders, and Jody L. Fitzpatrick, White Plains, NY: Longman Publishers, 1997.

ROSSI, P. H.;WRIGHT, J. D. Evaluation research: an assessment. **Annual Review of Socio- logy**, v. 10, p. 331-352, 1984.

SCRIVEN, M. The methodology of evaluation. In: R. E. Stake (Ed.), Curriculum evaluation. **American Educational Research Association Monograph Series on Evaluation**. 1, 1967. Chicago: Rand McNally.

STAKE, R., MIGOTSKY, C., DAVIS, R., CISNEROS, E. J., DEPAUL, G., DUNBAR, C., Jr., FARMER, R., FELTOVICH, J., JOHNSON, E., WILLIAMS, B., ZURITA, M.;CHABES, I. **The evolving syntheses of program value**. Evaluation Practice, v.18, n.2, p.89, 1997.

STAKE, R. **Stake and responsive evaluation**. In: ALKIN, Marvin C. (ed.). Evaluation roots: tracing theorists' views and influences. Thousand Oaks: Sage Publications. p. 203-217, 2004.

SUCHMAN, E. **Evaluative research**: Principles and practice in public service and social action programs. New York: Russell Sage, 1967.

TEASDALE, R. M. Evaluative criteria: An integrated model of domains and sources. **American Journal of Evaluation**, v.42, n.3, p. 354–376, 2021.

TEASDALE, R. M.;MCNEILLY, J. R.;RAMÍREZ GARZÓN, M. I.;NOVAK, J.;GREENE, J. C. "A Lot of It Really Does Come Down to Values": An Empirical Study of the Values Advanced by Seasoned Evaluators. **American Journal of Evaluation**, v.44, n.3, p.453-473,2023.

VERDUNG, E. Modelos de evaluación. **Revista de Servicios Sociales y Política Social**. Madrid, 2o trim, 1993.

WEISS, C. **Evaluation research**: Methods of assessing program effectiveness. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1972.

WEISS, C. Where politics and evaluation research meet. **Evaluation**, 1, p.37-45, 1973.

WEISS, C. **Evaluation research in the political context**: Sixteen years and four administrations later. In: M. W. McLaughlin;D. C. Phillips (Eds.), Evaluation and education: At quarter century (90th yearbook of the National Society for the Study of Education, Part II),p. 211-231, 1991.Chicago: University of Chicago Press.

WORTHEN, B. R.;SANDERS, J. R.;FITZPATRICK, J. L. **Avaliação de Programas**: Concepções e Práticas. São Paulo: Ed. Gente/EDUSP/Instituto Fonte, 2004.